



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 04.129/17

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos integrais ao Sr. José Tito Filho, Matrícula nº 3040-6, Vigilante, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que contava, à época do ato, 13.646 de tempo de serviço, e idade de 67 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 04.129/17

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): José Tito Filho

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca

Gestor Responsável: Pedro Jacome de Moura

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

**ACÓRDÃO AC1 – TC 0395/2018**

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 04.129/17 referente à Aposentadoria Voluntária com proventos integrais do Sr. José Tito Filho, Matrícula nº 3040-6, Vigilante, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 22 de fevereiro de 2018.**

Assinado 28 de Fevereiro de 2018 às 13:00



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 28 de Fevereiro de 2018 às 12:57



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira**

**Filho**

RELATOR

Assinado 1 de Março de 2018 às 09:09



**Manoel Antonio dos Santos Neto**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO